



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **22/07/2018**

Aprovado em: **26/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.35>

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 E O ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. EDUCATION OF DEAF IN THE REGULAR MUNICIPAL SCHOOLS OF OUR LADY OF SOCIETY: TEACH

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

PALOMA MARCELINO MOTA, ILVANIR DA HORA SANTOS

RESUMO

A inclusão na educação escolar de pessoas com surdez causa muitas controvérsias, principalmente quando o assunto é “ensino de Língua Portuguesa como L2”. Entretanto, as políticas públicas atuais estabelecem diretrizes para a inclusão dos mesmos na escola de ensino regular por meio de uma educação bilíngue. Contudo, a realidade inclusiva do aluno surdo na sala de aula regular é lamentável, os caminhos até então percorridos, têm se chocado com o caráter eminentemente excludente. Porém, com professores capacitados, o uso de recursos pedagógicos adaptados e do atendimento nas salas de recursos multifuncionais, é possível fazer um trabalho diferenciado. Este artigo tem como objetivo diagnosticar a realidade das salas de recursos e do ensino de Língua Portuguesa para surdos nas escolas regulares do município de Nossa Senhora do Socorro.

Palavras-chave: Inclusão. Bilinguismo. Materiais adaptados. Salas de Recursos. Formação continuada de professores.

ABSTRACT

The inclusion in school education of deaf people causes many controversies, especially when the subject is "teaching Portuguese as L2." However, current public policies establish guidelines for including them in the regular school through bilingual education. However, the inclusive reality of the deaf student in the regular classroom is unfortunate, the paths hitherto pursued have been shocked by the eminently exclusive character. However, with trained teachers, the use of adapted pedagogical resources and the attendance in multifunctional resource rooms, it is possible to do a differentiated work. This article aims to diagnose the reality of resource rooms and Portuguese language teaching for the deaf in the regular schools of the municipality of Nossa Senhora do Socorro.

Keywords: Inclusion. Bilingualism. Materials adapted. Resource Rooms. Continuing teacher training.

RESUMEN

La inclusión en la educación de las personas con pérdida auditiva provoca muchas controversias, sobre todo cuando se trata de "la enseñanza del portugués como L2." Sin embargo, las políticas públicas actuales establecen directrices para la inclusión de los mismos en la escuela de enseñanza regular a través de una educación bilingüe. Sin embargo, la realidad inclusiva del alumno sordo en el aula regular es lamentable, los caminos hasta entonces recorridos, se han impactado con el carácter eminentemente excluyente. Sin embargo, con profesores capacitados, el uso de recursos pedagógicos adaptados y de la atención en las salas de recursos multifuncionales, es posible hacer un trabajo diferenciado. Este artículo tiene como objetivo diagnosticar la realidad de salas de recursos y la enseñanza del idioma portugués para sordos en escuelas regulares en la ciudad de Nuestra Señora del Socorro.

Palabras clave: Inclusión. El bilingüismo. Materiales adaptados. Salas de Recursos. Formación continuada de profesores.

1. INTRODUÇÃO:

O Brasil reconheceu a Língua Brasileira de Sinais/ Libras, por meio da Lei nº 10.436/2002, como a Língua das comunidades surdas brasileiras, que no seu artigo 4º, dispõe que o sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais / Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A oficialização da LIBRAS foi um grande passo para a Comunidade Surda brasileira. Ela prevê intérpretes em escolas, hospitais, repartições públicas, estabelecimentos comerciais etc. e abre um leque de opções que deve ser aproveitado para se dar ao surdo o acesso à educação, à sua cultura, à sua história e à história da humanidade, concretizando assim, a real inclusão.

A inclusão e permanência do aluno Surdo no sistema educacional devem propiciar igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade. Quando se pensa em educação de surdos, surgem vários questionamentos e colocam em dúvida se essa experiência é inclusiva ou se é mais uma vivência que, mascaradamente, associa-se à exclusão (RECHICO & MAROSTEGA, 2002). Ensinar a língua portuguesa escrita para surdos tem sido uma preocupação constante dos educadores. As dificuldades são visivelmente acentuadas e infelizmente, por falta de conhecimento dos profissionais, essa dificuldade, muitas das vezes são atribuídas à surdez, e como consequência, são considerados incapazes de compreender e produzir textos na Língua Portuguesa. Nos últimos anos, no entanto, têm-se observado avanços significativos no cenário

da educação de surdos, bem como no ensino da Língua Portuguesa em geral.

A presente pesquisa surgiu pela curiosidade em acompanhar o processo de inclusão de alunos surdos na sala de aula regular, levando em consideração o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 e o atendimento nas salas de recursos multifuncionais, para tanto, buscou-se investigar como o mesmo se efetiva em uma cidade do interior do estado de Sergipe que segue a política do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O estudo aconteceu na cidade de Nossa Senhora do Socorro, um município localizado na região metropolitana de Aracaju.

Foram realizadas visitas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), onde aconteceu uma conversa com a coordenação pedagógica de educação inclusiva do município, para sanar as principais indagações norteadoras do projeto. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino está prevista em lei e é uma realidade desafiadora com a qual os profissionais da educação têm que lidar nos dias atuais.

Estudos têm mostrado que crianças com necessidades educacionais especiais em situações de ensino regular têm melhor desempenho social e acadêmico, quando comparadas às que só recebem Educação Especial, destacando a importância da fusão Educação Especial com a Educação Regular (STAINBACK & STAINBACK, 1992; STRULLY & STRULLY, 1996).

Trata-se de um tema polêmico e controverso, pois, ao mesmo tempo em que parece ser a solução para o acesso de toda a população brasileira à educação, na prática, o não cumprimento de uma série de requisitos determinados nas próprias políticas e dispositivos legais mantém estes alunos em regime de exclusão e traz frustrações aos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, uma vez que os objetivos do mesmo, não são atingidos. Partindo desse pressuposto, procurou-se saber quantas e quais são as escolas do município de Nossa Senhora do Socorro que possuem surdos no ensino regular e posteriormente qual o quantitativo dos mesmos. Outro fator relevante para dar forma à pesquisa foi saber quantas salas de recursos existem e se as mesmas atendem às necessidades do aluno surdo, já que o ambiente é o serviço, de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa o atendimento educacional realizado em classes comuns, sendo assim, faz-se necessário saber se as salas visitadas têm materiais para atender ao público enfatizado.

Depois dos questionamentos, os professores e os intérpretes foram entrevistados para sondar como ocorre a aprendizagem da Língua Portuguesa como L2, quais as metodologias utilizadas pelo corpo docente e se os mesmos utilizam materiais adaptados para facilitar o aprendizado desses alunos. Para que haja uma construção de uma educação escolar democrática para indivíduos surdos, é imprescindível que a sociedade se faça parte integrante desses processos de democratização da escola em geral no intuito de construir uma escola verdadeiramente inclusiva, que possibilite a todos os educandos a sua formação integral e acesso ao exercício da cidadania. O esperado não é que todos sejam artistas ou mágicos, mas, que acreditem que qualquer conteúdo pode ser adaptado para essa nova realidade, não é nada surreal é apenas força de vontade e bom senso em saber que da forma que o conteúdo está sendo ministrado não está sendo acessível ao surdo. Infelizmente a realidade da educação de surdos ainda é algo a ser discutido e melhor aprofundado.

É inegável a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem os alunos surdos que estão inclusos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar a construção do conhecimento através da interação, para que isso se concretize, é necessário que exista formação continuada. A formação de professores e a qualificação do ensino para crianças com necessidades educacionais especiais, na perspectiva da construção efetiva de uma educação inclusiva, envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional. Professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos alunos com "necessidades educacionais especiais"; e professores especializados nas diferentes "necessidades educacionais especiais", querem seja para atendimento direto a essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

Então, procurou-se saber se os professores que estão direta ou indiretamente ligados com a educação inclusiva são capacitados periodicamente. Outro aspecto que foi investigado é se possui intérprete para acompanhar o aluno surdo na sala de aula regular e consequentemente, qual a relação entre intérprete, professor e aluno, já que, para que a aprendizagem desse aluno obtenha êxito é imprescindível que haja uma ligação constante entre os sujeitos supracitados.

2- A EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO: CAMINHOS E DESCAMINHOS

É importante destacar o que é de fato uma escola inclusiva. Um documento que representa um avanço maior para esta educação do ponto de vista legal, é a resolução CNE/CEB nº 2/2001, onde é instituída as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, onde determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP,2001)

A análise acima mostra bem qual é o papel da escola para com o processo de inclusão, o grande desafio é tornar iguais os que são diferentes, sem eliminar as suas diferenças e tratá-los de forma coerente e homogênea. De acordo com Pacheco (2006, p.34) “Para que a inclusão passe a ser mais do que um enfeite de teses, será preciso interrogar práticas educativas dominantes e hegemônicas. Será preciso reconfigurar as escolas”.

É perceptível que as políticas educacionais de inclusão dos alunos surdos vêm apresentando inúmeros avanços nos aspectos legais, porém, ao se analisar a prática e o conhecimento cognitivo dos mesmos, principalmente em relação ao aprendizado na Língua Portuguesa como L2, verifica-se que a inclusão tem trilhado um caminho um tanto tortuoso em busca de sua efetivação, sendo necessária a preparação de todos os segmentos sociais para trabalhar com essa questão, é preciso que os indivíduos envolvidos passem por processos de adaptação para assumir seu novo papel.

2.1- Ensino segregado como solução para o despreparo das escolas regulares

O município de Nossa Senhora do Socorro é formado por um número significativo de escolas públicas municipais, porém só foram encontrados quatro alunos surdos distribuídos em três escolas, um número relativamente baixo, então, a coordenação de educação inclusiva do município, relatou que a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, através da Secretaria Municipal da Educação (SEMED), tem convênio com o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação dos Surdos de Sergipe (IPAESE[1]), enfatizando que o mesmo atende à Lei 10.436/2012 e às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial que abordam a perspectiva de uma Educação Inclusiva, por isso, um número pequeno de surdos nas escolas públicas municipais de ensino regular.

As ações de inclusão do município, proporciona outros meios de ensino, no turno contrário esses alunos frequentam as salas de recursos multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado, respostas até então positivas, pois, constatou-se nas falas que a parceria foi a melhor decisão.

Por outro lado, o município é regido pela Lei nº 1098 de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME[2]), que foi elaborado em consonância com as diretrizes e metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo neste PME, no art.8º, inciso III, estratégias que garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, e mais precisamente na meta 4.2, onde enfatiza a educação inclusiva, visa à garantia ao acesso das pessoas público-alvo da educação especial, independente da idade, nas escolas regulares e/ou nas unidades especializadas.

Sendo meta do município, por que então esta parceria com o IPAESE, ou melhor, por que o município, não dispõe de sua própria escola especializada para evitar deslocamento de seus alunos para outra localidade Ou ainda, por que esses alunos não estão inseridos nas salas de aula regulares Onde entram as diretrizes internacionais da “Educação para todos” Infelizmente, o que fica visível é que é mais cômodo compartilhar responsabilidades, levando em consideração que só tem quatro surdos no município, sim, eles estão na sala de aula regular, porém, o número é mínimo. Por que não, investir na educação de surdos O município tem competência total para isso, pois é visível a vontade em atender e abraçar a Educação Especial.

Já passou da hora de mudar a problemática exposta e gritante da educação deste público em nosso país, levando em consideração que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e dignidade”, proclamação esta, expressa no artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948, assim sendo, é necessário refletir que os direitos humanos devem estar sempre no plano da reflexividade, tendo em vista o contexto e a realidade no qual os mesmos se inserem.

2.2- A realidade dos alunos surdos inseridos nas salas regulares

A inclusão escolar se constrói em diferentes espaços, em diferentes momentos e em relação a diferentes indivíduos, pois, o ambiente escolar é plural em todos os aspectos, e por ser um espaço plural faz-se necessário uma estruturação concreta para atender ao público que nela estiver sem que haja exclusão. Porém, para que a inclusão se concretize, a sociedade não deve olhar o “diferente” como inferior.

É lamentável, porém verídico os discursos preconceituosos de professores despreparados. Divergente à fala cheia de positividade da coordenação inclusiva, os discursos dos professores e intérpretes entrevistados foram totalmente contrários. Vale ressaltar a dificuldade em encontrar profissionais para coletar realidades em relação à educação de surdos, pois, ficaram receosos em revelar situações cotidianas. Foram entrevistadas três profissionais, sendo uma

professora de sala de aula regular, uma intérprete e uma professora que atua no AEE, todas não permitiram a exposição de seus respectivos nomes, nem tampouco, a escola em que atuam, para o não cumprimento de futuras complicações.

Ao entrevistar a professora de sala de aula regular, foi perceptível o despreparo da mesma em relação à teoria e prática. Entende-se o professor como sujeito que tem limitações e visões de mundo, como qualquer cidadão que, segundo Arroyo (2000, p. 45) coloca um pouco de si em cada escolha pedagógica, ou seja, “há algo de nós, de nossas crenças e esperanças, de nossas descrenças e desânimos”. No entanto, cabe ao docente, a partir de reflexões, quebrar seus próprios paradigmas e se questionar sobre o tipo de educação que está oferecendo diante do aluno com deficiência. Infelizmente, o discurso da professora não demonstrou interesse em relação ao aprendizado do aluno surdo, que, segundo ela, tinha 13 anos e estava no 3º ano do fundamental I, e que era um aluno “extremamente desinteressado” e que faltava muito devido aos conflitos familiares, relatou ainda que o mesmo preferia estar nas ruas a estar na escola, por isso, não perdia tempo em preparar aulas atrativas e inclusivas para atendê-lo e que o mesmo não sabia nada da Língua Portuguesa.

Segundo Cerqueira e Ferreira (2000), “talvez em nenhuma outra forma de educação, os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes” (p.24), para o professor que tem em sua sala um aluno com necessidades educacionais especiais, não deve haver limite para a criatividade e para a utilização de recursos pedagógicos, mobiliário adaptado e estratégias adequadas que motivam sua vontade de aprender. Talvez, a falta de estímulo e acolhimento, era o motivo da evasão desse aluno, levando em consideração que a regente não sabe a língua de sinais e não demonstrou interesse em aprendê-la. Fator este, que vai contra ao que diz o PME, onde visa à ampliação da equipe de profissionais especializados e a oferta de professores bilíngues para atenderem às necessidade dos alunos, com isso, fica evidente que não há um acompanhamento compromissado, ou seja, o município cria metas para a melhoria educacional especializada, mas não as cumprem de maneira total dando aparatos para a concretização, prejudicando o aprendizado dos surdos e intensificando os discursos preconceituosos em relação aos mesmos.

O Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 garante o direito dos Surdos a uma educação bilíngue, que consiste em trabalhar com duas línguas no contexto escolar e, neste caso, as línguas em questão são a Língua Portuguesa (escrita) e a Língua Brasileira de Sinais - Libras. A metodologia Bilíngue considera o canal viso-gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda e defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional. A educação não é a busca pela verdade, mas a oportunidade de os sujeitos se emanciparem intelectualmente quando há espaço para a dúvida e a construção do conhecimento, portanto, se é meta do município trabalhar em favor da educação inclusiva, as concepções de aprendizagem e ensino devem ser revisadas, e um ponto de partida para a compreensão dessa aprendizagem é ter claro que todo aluno é capaz de aprender.

Ao entrevistar a intérprete, as respostas não foram diferentes, a mesma expôs o despreparo dos professores, pois, para piorar ela atuava com dois alunos, irmãos, um com 16 anos e outro com 17, e ambos estavam estudando na Educação de Jovens e Adultos (EJA[3]), ou seja, um ritmo mais acelerado. Segundo a intérprete, os alunos não tinham total propriedade da língua de sinais e tampouco da Língua Portuguesa, dificultando ainda mais o aprendizado em todos os aspectos, sem contar que os professores também não sabiam a língua de sinais e muito menos se preocupavam em ministrar aulas inclusivas, deixando a responsabilidade para ela.

Fica evidente a inversão de papéis entre intérprete e professores e mais uma vez, a despreparação dos docentes em relação à educação de surdos, não ocorrendo o bilinguismo. A meta 4.5, do PME, visa ampliar a formação continuada aos profissionais das escolas regulares do município, nas diferentes áreas de atendimento aos estudantes público alvo da educação especial, a rede municipal em questão promove muitos encontros pedagógicos, que, por sua vez, são ricos e proveitosos, mas, não para a área da surdez, pois, ao perguntar das formações continuadas, tanto a professora, quanto a intérprete disseram que não passam por formações para melhorar as práticas de ensino e atuação.

Para que o professor possibilite instrumentos que favoreça a transformação do aluno, fazendo-o despertar a partir do conhecimento significativo de cada discente, é necessário o diálogo entre seus pares, dialogar entre profissionais da educação, nada mais é que fomentar reflexões sobre o dia a dia do ambiente escolar ou espaço não formais, objetivando promover mudanças de posturas, e, por conseguinte de valores.

Assim, podem-se desvendar caminhos, modificações e descobertas para promoção da emancipação do aluno, público-alvo da educação especial, por entender que um processo educativo pautado na emancipação perpassa pela intrínseca necessidade de uma práxis pedagógica. Desta forma, o professor como um dos atores envolvidos nesse processo, deve estar em constante reflexão sobre sua prática, buscando revalorizar conhecimentos e atividades não hegemônicas, inovando suas ações metodológicas. Correia (2008, p.28) diz que:

“os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permitam perceberem minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam que tipo de estratégia deve ser considerado para lhes dar resposta e que papel deve desempenhar as novas tecnologias nestes contextos”.

Realça-se que não apenas o professor necessita estar em contínua formação para desenvolver suas habilidades didático-pedagógicas frente à diversidade de alunos no dia a dia da escola, mas todos os profissionais que nela atuam.

Sendo assim, é necessário refletir quanto ao processo formativo como prática que não existe final, a formação deve ser aplicada de forma continuada, como requisito inquestionável e indispensável na vida diária dos professores, dando condições de atuarem de forma mais específica, levando em consideração as especificidades de cada aluno com deficiência. Com isso, é essencial que compreenda o espaço educacional como local favorecido para a permanência de uma formação continuada por natureza. Estimulando a produção do conhecimento e experiências a partir das práxis existentes no chão da escola, do fazer pedagógico frente à pessoa com deficiência.

Considera-se que o chão da escola é um laboratório permanente, espaço germinativo de questões de natureza profunda, as quais possibilitarão reflexões que promovam um espaço de educação pautado nos princípios básicos de igualdade e solidariedade, promovendo o reconhecimento de cada sujeito como ser humano, concretizando a inclusão.

A intérprete disse também que a escola em que trabalha possui sala de recursos, mas que os alunos não são contemplados por fazerem parte da EJA. Com isso, a intérprete relatou que não conseguia vislumbrar nenhum ponto positivo em relação à educação de surdos do município. A coordenação de educação inclusiva afirmou que os alunos do município que estudam no IPAESE, são atendidos nas salas de recursos em turno contrário, por que então, não atende aos alunos que estudam no próprio município, já que a meta de número 4.8, visa garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos, nas formas de complementar e suplementar, a todos os educandos público-alvo da educação especial, matriculados na rede pública de ensino de Nossa Senhora do Socorro

2.3- As Salas de Recursos

Em 2008, o Decreto nº 6.571 institui no, âmbito do FUNDEB, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE). Conforme definição deste Decreto, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

De acordo com as Diretrizes Nacionais a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos, o trabalho desenvolvido nas salas deve partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos da classe comum. Tentar encontrar soluções para que todos tenham sua chance de aprender e buscar atender as necessidades individuais, nada mais é do que sonhar com a escola de qualidade para todos, sem discriminação. O AEE pode ser ministrado em uma sala de recursos na sua própria escola ou em outro lugar.

Entre as escolas municipais de Nossa Senhora do Socorro, 04 salas de recursos multifuncionais funcionam efetivamente, sendo assim, os alunos assistidos deslocam-se para serem atendidos nas escolas mais próximas, para tanto, o município disponibiliza transporte para os alunos e acompanhantes. Todas as salas são do tipo I, de acordo com o MEC/SEESP, as salas são natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiências intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. Deve ser organizada com materiais didáticos de acessibilidade, recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários, entre estes destacam-se os jogos pedagógicos que valorizem os aspectos lúdicos, estimulem a criatividade, a cooperação, a reciprocidade e promovam o desenvolvimento dos processos cognitivos. As salas do Tipo I, conforme especificações técnicas organizam-se conforme abaixo:

EQUIPAMENTOS	MATERIAIS DIDÁTICO/PEDAGÓGICOS
--------------	--------------------------------

02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora Laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com Colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse para entrada com acionador	01 Quebra cabeça- Sequência Lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
MOBILIÁRIOS	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para Impressora	01 Dominó Tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro Branco	01 Kit de Lupas Manuais
02 Mesas para Computador	01 Plano Inclinado- Suporte para Leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Como foi dito no item 2.2, realizou-se uma entrevista com uma professora de sala de recursos multifuncionais, bem como, uma visita à sala em que trabalhava, a mesma relatou que não atendia muitos surdos, porém, quando aparecia algum aluno, buscava metodologias e materiais acessíveis. Comentou também que o município é desprovido de formações continuadas específicas, ou seja, voltadas para atender o público surdo, depoimento, este, igualando-se aos dados pelas primeiras entrevistadas, dificultando avanços na educação dos mesmos. Ao comparar os materiais disponibilizados pelo MEC com os que tinham na sala de recurso multifuncional visitada, percebeu-se que estava faltando muitos jogos pedagógicos, principalmente os voltados para o ensino de surdos, com isso, surge um questionamento, como esses alunos surdos irão avançar no quesito “aprendizagem da L2”

É necessário que o Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa seja desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que, sobretudo, acredite nesta proposta estando disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez, desenvolvendo competência gramatical e textual, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas. Nesta perspectiva, a sala de recursos deve ser rica de materiais e recursos visuais para possibilitar a abstração dos significados de elementos mórficos da Língua Portuguesa, um amplo acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação de enunciação, e sobretudo, dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios, os quais devem ser trabalhados em contextos de usos diferentes.

Infelizmente, é perceptível que a inclusão de surdos nas escolas municipais de Nossa Senhora do Socorro está distante de tornar-se a ideal, porém os bons profissionais que existem na rede educacional em questão, são capazes de reverter essa situação mascarada. Outro fator que vale ressaltar é que, a professora não dominava a língua de sinais, porém, demonstrou interesse em buscar conhecimento para atender seus alunos, diferentemente da professora de sala de aula regular. Jesus e Martins (2000) afirmam que o papel do professor de sala de recurso, poderá ser operacionalizado de diversas formas de acordo com as necessidades. É necessário sair do sistema mecanicista, pois, assim sendo, o interesse do aluno não será positivo, o professor sempre deve buscar meios que instiguem seus respectivos alunos a quererem mais, o estímulo é imprescindivelmente importante, daí se concretiza o aprendizado mais efetivo. A prática pedagógica nas salas de recursos o planejamento busca direcionar o trabalho do professor. Nessa perspectiva, o papel do professor é guiar e orientar a atividade mental do aluno para a aquisição dos saberes, ajustando seu auxílio as características de processo de aprendizagem (GONZALES, 2000 p. 150).

Carvalho (2007) afirma que a organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para a aprendizagem. Entre as diversas barreiras existentes, a autora destaca como as mais significativas, as de cunho atitudinal. Destaca ainda o currículo e as relações curriculares, a avaliação continuada do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais e uma nova concepção de educação especial.

3- A IMPORTNCIA DOS MATERIAIS ADAPTADOS PARA O ENSINO DE L2 PARA SURDOS

O ensino de Língua Portuguesa para surdos ainda é um desafio real, começando pela falta de preparo de alguns professores em adaptar seus conteúdos em favor dessa nova realidade, até nos depararmos com professores resistentes em manter metodologias ineficientes para o ensino, não esquecendo ainda que encontramos casos de alunos surdos não acharem a Língua Portuguesa importante por já terem Libras como L1.

Muitos métodos foram usados no Brasil, principalmente o Oralismo onde acreditava-se que o Surdo tinha capacidade intacta de Oralizar e por isso não havia necessidade da Libras, então, eles eram proibidos de usar sinais forçando a Oralidade como única forma de Comunicação. Esse método não obteve sucesso, apenas causou sofrimento e sequelas para a Comunidade Surda, sabemos que hoje temos o aparato do Bilinguismo e é nesse método que vamos espelhar-se como mais correto para Inclusão do Surdo no âmbito escolar.

Goettert (2014, p. 41) diz que “os computadores tem papel fundamental na transformação da vida dos surdos, uma vez que provocam o uso de diferentes recursos que ampliam o contato com a língua portuguesa e a utilização da língua de sinais”. Com isso o uso dessas tecnologias como recursos educacionais é mais proveitoso para o ensino da língua portuguesa escrita para educandos surdos. Porém não podemos ficar viciados em tecnologia digital e esquecer que a escrita tem fundamental importância para a vida de todos, sabemos que os surdos se comunicam muito bem pelas redes sociais, mas nem tanto pela escrita quando se deparam com papel e caneta, não conseguem formar o pensamento e não adentram ao contexto que a situação oferece. Tudo por uma falta de criatividade e estímulo por parte dos professores em não apresentar essa língua de forma tão atrativa como o celular ou qualquer mídia digital oferece. É importante salientar que o ensino de Língua Portuguesa para surdos, deve ser ministrado e exigido como L2, sendo assim, os conteúdos devem ser passados na L1 concomitantemente com a L2.

O lúdico possui suma importância na formação de cada cidadão, pois em contato com as brincadeiras essas crianças/jovens vão aprimorando e fixando novos valores e desenvolvendo suas potencialidades, liberando um processo realmente educativo que muitas vezes não é alcançado devido o tradicional repasse de conteúdos e teorias para os alunos, ressaltando que está sendo construído um novo caminho voltado para uma educação bilíngue para o aluno surdo. De acordo com essas afirmações, diz-se que o papel da escola é utilizar de estratégias globais adequadas que atendam as diversidades dos alunos. Então, não se deve esperar que a criança com necessidade especial se adapte a escola e sim que a escola se adapte a recebê-los. A inclusão é para SASSAKI (1997,41):

“(...) um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que esses alunos, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los. Neste sentido, é necessário fazer uma ação-reflexão-ação permanente acerca deste tema, visando à inclusão escolar das pessoas com surdez, tendo em vista a sua capacidade de frequentar e aprender em escolas comuns, contra o discurso da exclusão escolar e a favor de novas práticas educacionais na escola comum brasileira.

A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. Conforme Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

4- CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva de alunos com surdez nas salas de aula regulares das escolas municipais de Nossa Senhora do Socorro ainda está em seu estágio embrionário, infelizmente, o que se observou foram lacunas no sistema, concretizando uma inclusão mascarada, ou melhor, exclusão. Porém, é fato que a rede em questão, tem aparatos e competência para mudar essa triste situação. Para que esse estágio avance, é necessário garantir a aprendizagem de todos os alunos, é preciso fortalecer a formação específica dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares e famílias, isto é, reconfigurar o sistema educacional. Outro fator importante é equipar as salas de recursos multifuncionais com mobiliários e equipamentos que acolham e atendam às especificidades do aluno surdo, garantindo-lhe uma educação de qualidade, quebrando barreiras, isentando o sistema monótono e arcaico.

Para tanto, vale ressaltar a importância do papel do professor como agente mediador do processo de aprendizagem, não

basta ser um profissional docente que domine os conhecimentos, o saber específico, pedagógico e o saber-fazer, mas tal profissão requer ainda, principalmente no contexto em que estamos inseridos atualmente, que sejam bons críticos das relações que cercam o cotidiano do ser humano, assumindo seu papel como cidadão e parte integrante de uma sociedade, por isso, é importante refletir sobre a constituição do ser professor e a construção da identidade docente, para assim, gerarem seres humanos mais intuitivos, criativos, espontâneos e perspicazes.

Uma vez que os alunos surdos necessitam de um maior apoio para entender o que se passa, já que não conseguem ouvir, por isso, é necessário ter a consciência do quão importante é o uso dos materiais pedagógicos adaptados nas salas de aula regulares, logo os mesmos se sentem acolhidos e participam bem mais das aulas, interagindo com todos da turma. Espera-se que num futuro próximo tudo isso passe de serem sugestões para se tornarem práticas efetivas, a sociedade é repleta de discursos perfeitos onde a maioria não se realiza. As leis existem, os professores estão se aperfeiçoando não tem o que esperar, está na hora de fazer acontecer o que está cansado de ficar no plano das ideias. A partir dessas informações obtidas com essa investigação, acredita-se que o objetivo proposto foi atingido, esperando-se que as discussões aqui apresentadas possam contribuir para apontamento de soluções.

[1] O IPAESE é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos fundada em 27 de Dezembro de 2000 por um grupo de pais de crianças surdas, surgindo como a primeira escola especializada para surdos em Sergipe.

[2] LEI Nº1098 DE 18 DE JUNHO DE 2015, dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação-PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art.214 da Constituição Federal.

[3] Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. O. C. **Leitura e Surdez**: Um Estudo com Adultos não Oralizados. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

ARROYO, Miguel G. **Essas escolhas têm uma longa história**. In: Caderno do Professor. CERP/SEE – MG, n. 5, março de 2000.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares (Estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais). Brasília. 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BEZERRA, M. A. **Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos**. In: DIONÍSIO, A. G.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2002.

BOTELHO, P. **Linguagem e na Educação de Surdos**: Ideologias e Práticas Pedagógicas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. 1ª edição. BRITO, L. F. Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BRASIL, **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL, Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Presidência da República. Acesso em 16 de fevereiro de 2017 através do endereço eletrônico: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm.

BRASIL. Lei 10436 de 24 de abril de 2002. _____. Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacoes>. Acesso: 28/03/2015.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. DUNN, Lloyd M.. Crianças Excepcionais: seus problemas, sua educação. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996. p.15-20.

DORZIAT, Ana. **Democracia na escola**: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº 9, p. 24 -29, janeiro/junho, 1998.

FERNANDES, Sueli. **Departamento de Educação Especial**: área da surdez, 2002.

FERNANDES, S.F. **Educação Bilíngüe para Surdos**: Identidades, Diferenças, Contradições e Mistérios. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2003.

FONTANA, R.A.C. **A elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula.** In: SMOLKA, A.L.B. e GÓES, M.C.R. (Orgs). *A Linguagem e o Outro no Espaço Escolar: Vygotsky e a Construção do Conhecimento.* 4ªed. Campinas: Papyrus, 1995.

GOES, M. C. R. **Linguagem, Surdez e Educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda:** Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GONZALES, J.A.T. **Educação e Diversidade:** base didática e organizativa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

JESUS, S.N; MARTINS, M.H. *Escola Inclusiva e Apoios Educativos.* Porto Alegre: Edições ASA, 2000.

LACERDA, C. B. F. **Os processos dialógicos entre Aluno Surdo e Educador Ouvinte:** Examinando a Construção de Conhecimentos. Dissertação de Mestrado. UNICAMP/Campinas, 1996.

_____. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. CEDES [online]. 2006, vol.26, n.69, pp. 163-184. ISSN 0101-3262

MOURA, D.R. **O Uso da LIBRAS no ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos:** um estudo de caso em uma perspectiva bilíngüe. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2008.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** 2. Ed. Portugal: Dom Quixote, 1995.

NUNES, L. R. P. et al. **Questões atuais em Educação Especial:** A pesquisa em Educação Especial na pós-graduação. Relatório de pesquisa CNPq, 2001.

PACHECO, José et al. (org.). **Caminhos para a inclusão:** um guia para aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SASSAKI, R. K. 1997. **Inclusão:** Construindo uma Sociedade Para Todos. Rio de Janeiro, Editora WVA, 174 p.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. **Curriculum considerations in inclusive classrooms:** Facilitating learning for all students. Baltimore, MD: Brookes. 1992.

STRULLY, J. L.; STRULLY, C. As amizades como um objetivo Educacional: o que apreendemos e para onde caminhamos. In: Stainback, S.; Stainback, W. 1999. *Inclusão um guia para educadores.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, p. 169-183, 1996.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting:** Língua de Sinais no Papel e no Computador. 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

[1] O IPAESE é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos fundada em 27 de Dezembro de 2000 por um grupo de pais de crianças surdas, surgindo como a primeira escola especializada para surdos em Sergipe.

[2] LEI Nº1098 DE 18 DE JUNHO DE 2015, dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação-PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art.214 da Constituição Federal.

[3] Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.